

Amazônia, no singular, mas plural

A Revista Amazônia Moderna é o primeiro esforço para a construção de um periódico científico voltado à divulgação e discussão da Arquitetura e do Urbanismo com uma perspectiva regional. Os seus limites territoriais e conceituais resultam da sobreposição de diversas camadas e ciclos de interesses, problematizações e objetivos.

Há muitas “amazônias”. Por Amazônia pode-se entender genericamente como o bioma de floresta úmida tropical compartilhada por nove países da América do Sul.

No Brasil, a partir de convicções políticas acerca da necessidade de se ocupar e explorar uma região, a *Amazônia Legal* foi criada em 1953 compreendendo os Estados do Amazonas e Pará, os então territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima e parte dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, com o propósito de estruturar o seu desenvolvimento social e econômico. Com a criação de Brasília e a transferência da capital brasileira para o Planalto Central em 1960, a divisão do Estado de Mato Grosso em 1979 e o surgimento do Estado do Tocantins em 1989, outra geopolítica se desenhou no país.

Atualmente dez Estados fazem parte da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e uma pequena porção de Goiás. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Norte abriga todos esses Estados, menos Mato Grosso, Goiás e o Maranhão.

Incluir no título da revista o termo “Amazônia” não pretende eliminar a complexidade dessas e outras possíveis definições – ao contrário. O vocábulo *termo* é rico de significados: é “uma palavra rigorosamente definida que designa um conceito próprio de um determinado campo das ciências, da tecnologia, das artes, etc.”; também é “raia, limite ou marco divisório que estrema uma área circunscrita”; também é “lugar afastado, longínquo; confim”; e “modo ou estado em que se acha uma questão, um assunto, um negócio qualquer,” de acordo com o dicionário Houaiss. Pois “Amazônia” é o *termo* de nossas especulações, de elástica e metafórica territorialidade.

A locução que compõe o título, “Amazônia Moderna”, inclui o termo “moderno”. Sem maiores aprofundamentos, vamos preliminarmente trabalhar com uma noção de modernidade adotada de modo difuso na História da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil. Por enquanto, a partir de noções formuladas na histo-

riografia do sudeste do Brasil. Cronologicamente, momentos pouco anteriores à Era Vargas (1930-1945) e a constituição da Amazônia Legal e seus desdobramentos, configuram inicialmente a paisagem para o olhar das pesquisas que se pretendem disponibilizar na revista.

Essa paisagem que não é a dos ecossistemas, dos biomas, da natureza idílica e mitológica. É a paisagem de contrapontos, da polifonia da presença humana mediante a urbanização, da construção do território. Tanto em seus aspectos positivos enquanto oferecimento de condições dignas para o convívio de seres humanos com a realidade da Amazônia, como de conflitos perversos que certa modernização trouxe à região, as formas toscas e predatórias de ocupação que, a princípio, o bom urbanismo e a boa arquitetura deveriam evitar.

É essa paisagem humana, construída, geopolítica, mediante o olhar da Arquitetura e do Urbanismo, que permite constatar as várias camadas e ciclos que extrapolam as circunscrições formais da Amazônia e o redesenho dessas fronteiras – físicas e de estudos –, muitas vezes invisíveis. Obras de arquitetura permitem compreender a inseparabilidade de Mato Grosso do Sul de Mato Grosso em seus processos de modernização; Tocantins faz sentido se visto como uma porção recém-separada de Goiás; foi a Zona Franca de Manaus que trouxe do Rio de Janeiro o arquiteto Severiano Mário Porto; foi o manganês que demandou a construção de um sistema de exploração mineral que construiu Vila Amazonas e Vila Serra do Navio, no Amapá, projetadas pelo paulista Oswaldo Bratke; também a mineração levou projetos urbanísticos do paulista Joaquim Guedes para a região; Milton Monte, Camillo Porto e Alcyr Meira talvez não fossem arquitetos, se um grupo de gaúchos e cariocas não tivesse participado da criação do curso de Arquitetura do Pará; não se pode compreender o Maranhão contemporâneo sem a mineração, assim como Palmas é um signo de modernidade de uma nova capital em uma região que ostenta monumentos coloniais ou da *Belle Époque* em capitais como Belém e Manaus. As temporalidades se sobrepõem: é preciso estabelecê-las, compreendê-las. A transumância de arquitetos e a migração de arquiteturas não são características exclusivas da Amazônia. Todavia, a Amazônia é a região que mais mapas dessa natureza precisam ser cartografadas. Uma cartografia que não diz se a modernidade acabou, ou mesmo se começou, nesta territorialidade complexa.

De todas as regiões brasileiras, a região amazônica foi a última a ofertar a formação profissional em Arquitetura no Brasil. Neste cenário, os edifícios construídos pela institucionalização e integração nacional desenvolvidos no período de Getúlio Vargas proporcionaram a difusão de modernidades não catalogadas e as práticas modernas da escola carioca. A segunda metade do século XX trouxe a implantação de núcleos urbanos de agricultura, de mineração, da atualização de infraestrutura institucional, dos setores secundário e terciário, de modo geral demandando arquitetos de fora da região, como os já mencionados anteriormente, e outros como Álvaro Vital Brazil, Paulo Antunes Ribeiro, José Bina Fonyat, Sérgio Bernardes, João Batista Vilanova Artigas e os jovens professores gaúchos e cariocas que formaram o pioneiro curso de Arquitetura.

Em 1964 se iniciou o primeiro curso da região na futura Universidade Federal do Pará - UFPA. Somente na década de 1990 surgiram os cursos de Arquitetura na Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (Manaus, 1992), Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (São Luís, 1994), Universidade do Tocantins - Unitins (Palmas, 1994), Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (Cuiabá, 1995) e Universidade Federal do

Amapá - UNIFAP (Macapá, 1996). No novo milênio, incorpora-se o curso tocantinense à recém-criada Universidade Federal do Tocantins - UFT (Palmas, 2003), e implantam-se novos cursos na Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO (Rio Branco, 2006), Universidade Interamericana de Porto Velho – UNIRON (Porto Velho, 2006), Universidade Federal de Roraima – UFRR (Boa Vista, 2006) e Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Manaus, 2010).

Segundo os dados do e-MEC¹, em 2017 estão autorizados o funcionamento de 64 cursos de Arquitetura e Urbanismo nos Estados que pertencem à Amazônia Legal, distribuídos da seguinte forma: Acre, 4; Amapá, 4; Amazonas, 8; Maranhão, 11; Mato Grosso, 14; Pará, 8; Roraima, 2; Rondônia, 7; e Tocantins, 6. Vale ressaltar, que são considerados os cursos do Estado do Maranhão e não apenas da parcela da Amazônia Legal. Por outro lado, há apenas um programa de pós-graduação em Arquitetura, o mestrado na UFPA iniciado em 2010. Não há cursos de doutorado em Arquitetura. Embora a maioria quase absoluta dos cursos de Arquitetura e Urbanismo sejam muito recentes, já há um universo considerado de escolas que permitem algumas reflexões qualitativas do processo de formação, oferecidas através das avaliações promovidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para o Ministério da Educação.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)² informa que estão registrados 9.383 arquitetos na Região da Amazônia Legal, distribuídos da seguinte maneira: Acre, 384; Amazonas, 1.515; Amapá, 501; Maranhão, 1.194; Mato Grosso, 2.169; Pará, 2.233; Rondônia, 677; Roraima, 157; e Tocantins, 553. É pouco expressiva a participação de arquitetos da Amazônia em eventos como bienais de arquitetura, ou que publicam trabalhos em revistas especializadas.

Também é pouco alentadora a participação de pesquisadores da Amazônia em eventos científicos nacionais. Não há estatísticas a respeito, mas o restrito número de docentes com pós-graduação na Amazônia Legal limita a atividade de pesquisa nas instituições de ensino superior na região, fragilizando a discussão, o conhecimento e a busca de soluções para a realidade da Amazônia no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo.

Não foram tais vicissitudes que inibiram uma iniciativa articulada a partir da UFAM. Em 2016, em Manaus, organizou-se o SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia –, um evento com o objetivo de promover uma pioneira confluência de pesquisadores em Arquitetura e Urbanismo da região. A reunião, ainda que sem maiores pretensões em sua origem, mostrou que a falta de diálogo regional era uma constrangedora realidade acadêmica. Mesmo considerando as formas de contato atuais – correio eletrônico, softwares de comunicação, aplicativos multiplataformas, redes sociais – o encontro presencial foi uma oportunidade de convergência e conhecimento mútuo que conduziu a reflexões sobre o ensino, pesquisa e extensão nas universidades da Amazônia, e a prática profissional regional. Inspirou iniciativas de trabalhos conjuntos – como a organização regular dos seminários como fóruns de pesquisa e debate – e sonhos, como o incremento da pesquisa institucionalizada na forma de programas específicos de pós-graduação e o aprimoramento do ensino e pesquisa mediante a titulação de mestres e doutores inseridos no contexto da Amazônia. A formação

1 Portal do E-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova> (Acesso em 13.07.2017).

2 Disponível em: <http://transparencia.caubr.gov.br/registros/> (Acesso em 13.07.2017).

Stricto Sensu interdisciplinar é recorrente na região, na ausência da especificidade. Embora seja uma alternativa que possibilita a formação e titulação dos docentes, a falta do aprofundamento teórico nas questões inerentes à Arquitetura e Urbanismo afeta o aprimoramento da qualidade das pesquisas e publicações e reduz o alcance dos trabalhos no cenário nacional e internacional.

A aproximação dos colegas através do SAMA e a união de pesquisadores de outras universidades brasileiras e estrangeiras possibilitou a construção de um projeto que vislumbra inserir a Arquitetura e Urbanismo na discussão da Amazônia.

Em uma perspectiva de médio e longo prazo, um sonho possível que ora se realiza é o lançamento da *Revista Amazônia Moderna*. Cientes que a pouca divulgação da pesquisa e a discussão focada com predominância em outras realidades impacta diretamente no ensino e na produção arquitetônica, a revista objetiva fomentar a qualificação da formação de discentes e docentes com publicações relevantes e inéditas sobre a modernidade amazônica. Amazônia e modernidade que cada pesquisa poderá reconfigurar, reformatar, redimensionar, situar em outros e novos tempos e cronologias.

A *Revista Amazônia Moderna* poderá ser o lugar para a invenção de uma Amazônia. A Amazônia da Arquitetura e do Urbanismo.

Amazonia, en singular, pero plural

La *Revista Amazonia Moderna* es el primer esfuerzo para la construcción de un periódico científico orientado a la divulgación y discusión de la Arquitectura y del Urbanismo con una perspectiva regional. Sus límites territoriales y conceptuales resultan de la superposición de diversas capas y ciclos de intereses, problematizaciones y objetivos.

Hay muchas “amazonias”. Por Amazonia se puede entender genéricamente como el bioma de bosque húmedo tropical compartido por nueve países de América del Sur.

En Brasil, a partir de convicciones políticas acerca de la necesidad de ocuparse y explotar una región, la Amazonia Legal fue creada en 1953 comprendiendo los Estados del Amazonas y Pará, los entonces territorios de Acre, Amapá, Rondônia y Roraima y parte de los Estados de Goiás, Mato Grosso y Maranhão, con el propósito de estructurar su desarrollo social y económico. Con la creación de Brasilia y la transferencia de la capital brasileña al Planalto Central en 1960, la división del Estado de Mato Grosso en 1979 y el surgimiento del Estado de Tocantins en 1989, otra organización geopolítica se diseñó en el país.

En la actualidad, diez Estados forman parte de la Amazonia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte de Maranhão y una pequeña porción de Goiás. Para el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), la Región Norte alberga todos estos Estados, menos Mato Grosso, Goiás y Maranhão.

Incluir en el título de la revista el término “Amazonia” no pretende eliminar la complejidad de esas y otras posibles definiciones - al contrario. El vocablo *término* es rico en significados: es “una palabra rigurosamente definida que designa un concepto propio de un determinado campo de las ciencias, de la tecnología, de las artes, etc.” de acuerdo con el diccionario brasileño Houaiss; también es “límite o extremo de algo inmaterial”; también es “último punto hasta donde llega o se extiende algo”; y “Estado o situación em que se halla alguien o algo,” de acuerdo con el Diccionario de la Lengua Española. Pues

Amazonia, in the singular, yet plural

The *Revista Amzônia Moderna (Modern Amazonia Journal)* is an initial effort for the building of a scientific periodical journal aimed at spreading and debating Architecture and Urbanism on a regional perspective. Its territorial and conceptual limits result in an overlapping of multiple layers and interest cycles, questionings and goals.

There are many ‘amazonias’. For Amazonia, it can be understood generically as a humid tropical forest biome shared by nine South American countries.

In Brazil, from the political convictions regarding the need of occupying and exploring a region, the Legal Amazonia was created in 1953 comprising the States of Amazonas and Pará, the, at the time, territories of Acre, Amapá, Rondônia and Roraima and part of the States of Goiás, Mato Grosso and Maranhão, aiming to structure the social and economic development. With Brasilia’s creation and the transferring of the Brazilian capital do the Planalto Central (Central Plateau) in 1960, the division of the Mato Grosso State in 1979 and the creating of Tocantins State in 1989, other geopolitics was drawn in the country.

Presently, ten states are part of the Legal Amazonia: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, part of Maranhão and a small part of Goiás. For the Brazilian Geography and Statistics Institute (IBGE), the North Region covers all of these states except for Mato Grosso, Goiás and Maranhão.

Including the term ‘Amazonia’ in the title of this Journal does not intend to eliminate the complexity of this and other possible definitions – on the contrary. The word *term* is rich in meanings: it is ‘a rigorously defined word that designates its own concept of a determined field of science, technology, arts, etc.’; it is also ‘lane, limit or divisor mark that extremes a circumscribed area’; it is also ‘a place far away, distant; limit’; and ‘way or state in what is found a question, a subject, any matter.’ According to Houaiss dictionary.

For ‘Amazonia’ is the *term* of our speculations, of elastic and metaphorical territoriality.

“Amazonia” es el *término* de nuestras especulaciones, de elástica y metafórica territorialidad.

La locución que compone el título, “Amazonia Moderna”, incluye el término “moderno”. Sin mayores profundizaciones, vamos a preliminarmente trabajar con una noción de modernidad adoptada de modo difuso en la Historia de la Arquitectura y del Urbanismo en Brasil. Por el momento, a partir de nociones formuladas en la historiografía del sudeste de Brasil. Cronológicamente, momentos poco anteriores al período presidencial de Getúlio Vargas (1930-1945) y la constitución de la Amazonia Legal y sus desdoblamientos, configuran inicialmente el paisaje para la mirada de las investigaciones que se pretenden disponibilizar en la revista.

Este paisaje que no es la de los ecosistemas, los biomas, la naturaleza idílica y mitológica. Es el paisaje de contrapuntos, de la polifonía de la presencia humana mediante la urbanización, de la construcción del territorio. Tanto en sus aspectos positivos como ofrecimiento de condiciones dignas para la convivencia de seres humanos con la realidad de la Amazonia, como de conflictos perversos que cierta modernización ha traído a la región, las formas toscas y predatorias de ocupación que, en principio, el buen urbanismo y la buena arquitectura deberían evitar.

Es ese paisaje humano, construido, geopolítico, mediante la mirada de la Arquitectura y del Urbanismo, que permite constatar las varias capas y ciclos que extrapolan las circunscripciones formales de la Amazonia y el rediseño de esas fronteras - físicas y de investigación -, muchas veces invisibles. Obras de arquitectura permiten comprender la inseparabilidad del nuevo Estado de Mato Grosso del Sur de Mato Grosso en sus procesos de modernización; Tocantins tiene sentido si se ve como una porción recién separada de Goiás; fue la Zona Franca de Manaus que trajo de Río de Janeiro al arquitecto Severiano Mário Porto; fue el manganeso que demandó la construcción de un sistema de explotación mineral que construyó Vila Amazonas y Vila Serra do Navio, en Amapá, proyectadas por el arquitecto Oswaldo Bratke de São Paulo; también la minería llevó proyectos urbanísticos del paulista Joaquim Guedes para la región; Milton Monte, Camillo Porto y Alcyr Meira tal vez no fueran arquitectos, si un grupo de arquitectos de Rio Grande do Sul y Rio de Janeiro no hubiera participado en la creación del curso de Arquitectura del Pará; no se puede comprender el Maranhão contemporáneo sin la minería, así como Palmas es un signo de modernidad de una nueva capital en una región que ostenta monu-

The expression that composes the title, ‘Modern Amazonia’, includes the term ‘modern’. Without further thoughts, we are preliminary working with a modernity notion adopted in a diffuse way on Architecture and Urbanism History in Brazil. Meanwhile, from the accumulated notions thought in South-Eastern Brazilian historiography. Chronologically, moments before the Era Vargas (1930 – 1945) and the Legal Amazonia constitution and its unfolding, comprehends initially the landscape for researchers’ gaze which are intended to be made available on this journal.

This landscape is not the one of the ecosystems, biomes, idyllic and mythological nature. It is the landscape of opposites, of polyphony of the human presence before the urbanization, of the constructions of the territory. In its positive aspects as the offering of good conditions for the socialization of human beings with Amazonia’s reality, as well in its perverse conflicts that a certain modernity brought to the region, the rudimentary and predatory forms of occupation which, at first, the good urbanism and architecture should avoid.

It is this human landscape, built, geopolitical, through the optics of Architecture and Urbanism, that allows the verifying of many layers and cycles that trespasses Amazonia’s formal circumscriptions and the redrawing of these borders – physical and from studies – many times invisible. Architectonic works allows the comprehension of the indivisibility of Mato Grosso do Sul from Mato Grosso in its modernization procedures; Tocantins makes sense if seem as a recently separate portion of Goiás; It was the Zona Franca de Manaus (Free Trade Zone of Manaus) that brought from Rio de Janeiro the architect Severiano Mário Porto; It was the manganese that demanded the building of a mineral exploration system that built Vila Amazonas and Vila Serra do Nacio, in Amapá, projected by the paulista Joaquim Guedes for the region; Milton Monte, Camillo Porto and Alcyr Meira were not architects perhaps, if a group of *gaúchos* and *cariocas* had not participated of the creation of the Architecture course in Pará; contemporary Maranhão cannot be understood without mining, as well as Palmas is a sign of modernity in a new capital in region that boasts colonial monuments or from the *Belle Époque* in capitals such as Belém and Manaus. The temporalities that overlaps themselves: They must be established comprehended. The transhumance of architects and the architectures migrations are not an exclusive characteristic of Amazonia. However, the Amazonia is the region of which more maps from this nature are needed to be charted. A

mentos coloniales o de la *Belle Époque* en capitales como Belém y Manaus. Las temporalidades se superponen: hay que establecerlas, comprenderlas. La trashumancia de arquitectos y la migración de arquitecturas no son características exclusivas de la Amazonia. Sin embargo, la Amazonia es la región que más mapas de esa naturaleza necesitan ser cartografiados. Una cartografía que no dice si la modernidad acabó, o incluso se comenzó, en esta territorialidad compleja.

De todas las regiones brasileñas, la región amazónica fue la última en ofrecer la formación profesional en Arquitectura en Brasil. En este escenario, los edificios construidos por la institucionalización e integración nacional desarrollados en el período de Getúlio Vargas proporcionaron la difusión de modernidades no catalogadas y las prácticas modernas de la “escuela carioca”. La segunda mitad del siglo XX trajo la implantación de núcleos urbanos de agricultura, de minería, de la actualización de infraestructura institucional, de los sectores secundario y terciario, de modo general demandando arquitectos de fuera de la región, como los ya mencionados anteriormente, y otros como Álvaro Vital Brazil, Paulo Antunes Ribeiro, José Bina Fonyat, Sérgio Bernardes, João Batista Vilanova Artigas y los jóvenes profesores de Rio Grande do Sul Rio de Janeiro que formaron el pionero curso de Arquitectura.

En 1964 se inició el primer curso de la región en la Universidad Federal do Pará - UFPA. En la década de 1990 surgieron los cursos de Arquitectura en la Universidad Luterana do Brasil - ULBRA (Manaus, 1992), Universidad Estadual do Maranhão - UEMA (São Luís, 1994), Universidad do Tocantins - Unitins (Palmas, 1994), Universidad Federal de Mato Grosso - UFMT (Cuiabá, 1995) y Universidad Federal do Amapá - UNIFAP (Macapá, 1996). En el nuevo milenio, se incorpora el curso tocantinense a la recién creada Universidad Federal do Tocantins - UFT (Palmas, 2003), y se implantan nuevos cursos en la Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO (Río Branco, 2006), Universidade Interamericana de Porto Velho - UNIRON (Porto Velho, 2006), Universidade Federal de Roraima - UFRR (Boa Vista, 2006) e Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Manaus, 2010).

Según los datos del e-MEC¹, en 2017 están autorizados el funcionamiento de 64 cursos de Arquitectura y Urbanismo en los Estados que pertenecen a la Amazonia Legal, distribuidos de la siguiente forma: Acre, 4; Amapá, 4; Amazonas, 8; Maranhão, 11; Mato Grosso, 14; Pará, 8; Roraima, 2; Rondônia, 7; y Tocantins, 6. Vale resaltar

1En: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova> (13.07.2017).

cartography that does not tell if modernity has ended, or if it even has begun, in this complex territoriality.

Among all Brazilian regions, the amazonic was the last to offer professional formation in Architecture in Brazil. In this scenario, the buildings constructed by the national institutionalization and integration developed during the Getúlio Vargas period allowed the diffusion of non-catalogued modernities and the modern practices from the carioca school. The second half of the twentieth century brought the implementation of urban cores of agriculture, mining, of institutional infrastructure update, of secondary and tertiary sectors, in a general way demanding architects from other regions, as mentioned before, and other such as Álvaro vital Brazil, Paulo Antunes Ribeiro, José Bina Fonyat, Sérgio Bernardes, João Batista vilanova Artigas and the young gaúchos and cariocas professors that formed the pioneer architecture course.

In 1964, the first course of the region was initiated in the forthcoming Federal University of Paraná – UFPA. Only during the 1990s the architecture courses on the Lutheran University of Brazil – ULBRA (Manaus, 1992), State University of Maranhão – UEMA (São Luís, 1994), University of Tocantins – Unitins (Palmas, 1994), Federal University of Mato Grosso – UFMT (Cuiabá, 1995) and Federal University of Amapá – UNIFAP (Macapá, 1996). In the new millennium, the course from Tocantins is incorporated to the recently created Federal University of Tocantins – UFT (Palmas, 2003), and new courses are implemented in the Western Amazonia Faculty – FAAO (Rio Branco, 2006), Inter-American University of Porto Velho – UNIRON (Porto Velho, 2006), Federal University of Roraima – UFRR (Boa Vista, 2006) and Federal University of Amazonas – UFAM (Manaus, 2010).

According to e-MEC¹ data, in 2017 the functioning of 64 courses of Architecture and Urbanism in the States belonging to Legal Amazonia are authorized, distributed in the following manner: Acre, 4; Amapá, 4; Amazonas, 8; Maranhão, 11; Mato Grosso, 14; Pará, 8; Roraima, 2; Rondônia, 7; and Tocantins, 6. It is important to highlight that the courses from Maranhão State are also considered and not only from the Legal Amazon part. On the other hand, there is only one post-graduation program in architecture, the masters course in UFPA initiated in 2010. There are no doctorate courses in architecture. Even though the almost absolute majority of Architecture and Urbanism courses are very recent, there is a considered universe in the schools that allows some qualitative reflections of the formation process,

1In: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova> (13.07.2017).

que son considerados los cursos del Estado de Maranhão y no sólo de la parcela de la Amazonia Legal. Por otro lado, sólo hay un programa de postgrado en Arquitectura, el máster en la UFPA iniciado en 2010. No hay cursos de doctorado en Arquitectura. Aunque la mayoría casi absoluta de los cursos de Arquitectura y Urbanismo son muy recientes, ya hay un universo considerado de escuelas que permiten algunas reflexiones cualitativas del proceso de formación, ofrecidas a través de las evaluaciones promovidas por el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas (INEP) Ministério de Educación.

El Consejo de Arquitectura y Urbanismo (CAU)² informa que están registrados 9.383 arquitectos en la Región de la Amazonia Legal, distribuidos de la siguiente manera: Acre, 384; Amazonas, 1.515; Amapá, 501; Maranhão, 1.194; Mato Grosso, 2.169; Pará, 2.233; Rondônia, 677; Roraima, 157; y Tocantins, 553. Es poco expresiva la participación de arquitectos de la Amazonia en eventos como bienales de arquitectura, o que publican trabajos en revistas especializadas.

También es poco alentadora la participación de investigadores de la Amazonia en eventos científicos nacionales. No hay estadísticas al respecto, pero el restringido número de docentes con posgrado en la Amazonia Legal limita la actividad de investigación en las instituciones de enseñanza superior en la región, fragilizando la discusión, el conocimiento y la búsqueda de soluciones para la realidad de la Amazonia en el ámbito de la Arquitectura y del Urbanismo.

No fueron tales vicisitudes que inhibieron una iniciativa articulada a partir de la UFAM. En 2016, en Manaus, se organizó el SAMA – Seminario de Arquitectura Moderna en la Amazonia –, un evento con el objetivo de promover una pionera confluencia de investigadores en Arquitectura y Urbanismo de la región. La reunión, aunque sin mayores pretensiones en su origen, mostró que la falta de diálogo regional era una constreñida realidad académica. El encuentro presencial fue una oportunidad de convergencia y conocimiento mutuo que condujo a reflexiones sobre la enseñanza, la investigación y la extensión en las universidades de la Amazonia, y, a la vista de las formas de contacto actuales – correo electrónico, softwares de comunicación, aplicaciones multiplataformas, redes sociales – el encuentro presencial fue una oportunidad de convergencia y conocimiento mutuo que condujo a reflexiones sobre la enseñan-

2 En: <http://transparencia.caubr.gov.br/registros/>
(13.07.2017)

offered by means of evaluation promoted by the National Institute of Educational Studies and Researches (INEP) for the Education Ministry.

The Council of Architecture and Urbanism(CAU)² informs that 9.383 architects are registered in the Legal Amazon region, distributed the following manner: Acre, 384; Amazonas, 1.515; Amapá, 501; Maranhão, 1.194; Mato Grosso, 2.169; Pará, 2.233; Rondônia, 677; Roraima, 157; and Tocantins, 553. It is little expressive the participation of architects from the Amazonia in events such as the biannual of architecture, or ones that publish papers in specialized journals.

It is also little comforting the participation of researchers from Amazonia in national scientific events. There are no statistics regarding this, however the restricted number of professors with post-graduation in the Legal Amazonia limits the research activity in the superior educational institutions in the region, weakening the discussion, the knowledge and the search for solutions for the Amazon reality regarding Architecture and Urbanism.

Such vicissitudes were not the ones that inhibited and articulated initiative from the UFAM. In 2016, in Manaus, SAMA – Seminar of Modern Architecture in Amazonia was organized, an event aiming to promote a pioneer confluence of researchers in Architecture and Urbanism from the region. A meeting, still without greater ambitions in its origin, revealed that the lack of regional dialogue was an embarrassing academic reality. Even considering the updated contact vehicles – email, chat software, multiplatform applications, social networks – a face-to-face meeting was an opportunity of mutual convergence and knowledge that conducted to reflections on teaching, research and extensions in the Amazonia universities and to regional professional practice. It inspired collective work initiatives – such as a regular organization of the seminars like research and debate forums – and dreams, as the increase on institutionalized research in the way of specific post-graduation programs and enhancement of teaching and research trough masters and doctorates titles inserted in the Amazonia context. The *stricto sensu* interdisciplinary formation is recurring in the region, in the absence of specificity. Even though it is an alternative that makes it possible the formation and entitling of professors, the lack of theoretical deepening in questions inherent to Architecture and Urbanism affects the enhancement of researches and publications quality and reduces the

2 In: <http://transparencia.caubr.gov.br/registros/>
(13.07.2017).

za, investigación y extensión en las universidades de la Amazonía, y la práctica profesional regional. Inspiró iniciativas de trabajos conjuntos – como la organización regular de los seminarios como foros de investigación y debate – y sueños, como el incremento de la investigación institucionalizada en forma de programas específicos de postgrado y el perfeccionamiento de la enseñanza e investigación mediante la titulación de maestros y doctores insertados en el contexto de la Amazonia. La formación *stricto sensu* interdisciplinario es recurrente en la región, en ausencia de la especificidad. Aunque es una alternativa que posibilita la formación y titulación de los docentes, la falta de profundización teórica en las cuestiones inherentes a la Arquitectura y Urbanismo afecta el perfeccionamiento de la calidad de las investigaciones y publicaciones y reduce el alcance de los trabajos en el escenario nacional e internacional.

La aproximación de los colegas a través del SAMA y la unión de investigadores de otras universidades brasileñas y extranjeras posibilitó la construcción de un proyecto que vislumbra insertar la Arquitectura y Urbanismo en la discusión de la Amazonia.

En una perspectiva de mediano y largo plazo, un sueño posible que se realiza es el lanzamiento de la *Revista Amazonia Moderna*. Consciente de que la poca divulgación de la investigación y la discusión enfocada con predominancia en otras realidades impacta directamente en la enseñanza y en la producción arquitectónica, la revista objetiva fomentar la calificación de la formación de discentes y docentes con publicaciones relevantes e inéditas sobre la modernidad amazónica. Amazonia y modernidad que cada investigación podrá reconfigurar, reformar, redimensionar, situar en otros y nuevos tiempos y cronologías.

La *Revista Amazonia Moderna* podrá ser el lugar para la invención de una Amazonia. La Amazonia de la Arquitectura y del Urbanismo.

reach of papers in the national and international scene. The approximation of colleagues through SAMA and the union of researchers from other Brazilian and foreign universities made possible the construction of a project that envisions to insert Architecture and Urbanism in Amazonia discussion.

In a medium and long term perspective, a possible dream that for now is accomplished is the release of *Modern Amazonia Journal*. Being aware that the little diffusion of research and focused discussion with focus in other realities impacts directly in teaching and architectonic production, the journal aims to incite the qualification of formation of academics and professors with original and relevant publications on amazonic modernity. Amazonia and modernity that each research will be able to reconfigure, reformat, resize, locate in other and new times and chronologies.

The *Modern Amazonia Journal* may be the place for the invention of an Amazonia. The Amazonia of Architecture and Urbanism.